



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

PONTUAÇÃO E SINTAXE

FELIPE SARDENBERG MACHADO

Rio de Janeiro
2025

FELIPE SARDENBERG MACHADO

PONTUAÇÃO E SINTAXE

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras-Português/Literatura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eugenia Lammoglia Duarte.

Rio de Janeiro
2025

CIP - Catalogação na Publicação

S149p Sardenberg Machado, Felipe
 Pontuação e Sintaxe / Felipe Sardenberg Machado.
 - Rio de Janeiro, 2025.
 34 f.

 Orientador: Maria Eugenia Lammoglia Duarte.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Literaturas, 2025.

 1. Pontuação. 2. Gramática tradicional. 3.
Sintaxe. 4. Linguística. 5. Ensino de língua
portuguesa. I. Lammoglia Duarte, Maria Eugenia,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	<i>Post</i> com exemplo cláusulas circunstanciais desgarradas	25
Figura 2	<i>Post</i> com exemplo de cláusula relativa desgarrada	25

RESUMO

Este trabalho investiga o tratamento da pontuação na tradição gramatical brasileira, passa por trabalhos que se situam entre a gramática descritiva e a preocupação com a estilística, e avança para abordagens linguísticas mais recentes. A pesquisa parte da observação de que as Gramáticas Tradicionais tendem a associar a pontuação a aspectos prosódicos, enquanto teorias linguísticas contemporâneas a vinculam à estrutura sintática, especialmente à organização argumental e às possibilidades de ênfase que rompem a linearidade do período. Com base em revisão bibliográfica e análise de exemplos, o estudo busca consolidar a compreensão da pontuação como fenômeno sintático, sem ignorar sua função expressiva. A relevância do tema também se evidencia em sua presença constante nos currículos escolares, como determina a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que reforça a importância de um tratamento teórico consistente. A monografia está organizada em três seções principais: a primeira trata da tradição gramatical, a segunda de abordagem intermediária, e a terceira apresenta análises práticas de uso da pontuação a partir da sintaxe. Ao final, são discutidas as contribuições e limites das abordagens estudadas.

Palavras-chave: pontuação; gramática tradicional; sintaxe; linguística; BNCC; ensino de língua portuguesa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A PONTUAÇÃO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL	8
3	ENTRE A TRADIÇÃO GRAMATICAL E UM OLHAR PARA O ESTILO	20
4	AS ESTRUTURAS EM ANÁLISE, FINALMENTE NOMEADAS NA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA: AS “DESGARRADAS”	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RELAÇÃO SINTAXE E PROSÓDIA NA PONTUAÇÃO	30
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é contribuir para a já vasta pesquisa sobre a pontuação, procurando acompanhar o tratamento que ela tem recebido desde que o tema começou a despertar o interesse dos nossos gramáticos, passando por trabalhos que se situam entre a gramática descritiva e a preocupação com a estilística, buscando chegar a tratamentos mais recentes. Uma análise preliminar indica que as Gramáticas Tradicionais (GTs) associam a pontuação à melodia, como veremos. Nosso trabalho vai apresentar evidências que reforcem a importância da consolidação do entendimento da pontuação como fenômeno sintático, relacionado à estrutura argumental, sem ignorar seu papel na expressão da ênfase, que, por sua vez, pode provocar rupturas na estrutura sintática.

A importância deste estudo justifica-se pela necessidade de entender melhor o conflito decorrente das diferentes tentativas de descrição da pontuação. De um lado, as gramáticas tradicionais a apresentam como um conjunto de recursos gráficos representativos de efeitos prosódicos; de outro, tendências mais recentes da linguística a associam a fenômenos sintáticos, envolvendo a análise da predicação e de seus constituintes. Além disso, é a sintaxe que vai permitir rupturas, como mencionamos acima, para a produção de efeitos enfáticos e mesmo reduzir longos períodos, facilitando a compreensão do texto.

O estudo nessa área torna-se ainda mais importante em razão da constante presença do tema em sala de aula, nos diferentes anos escolares, seja no nível fundamental ou médio. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos dois primeiros anos do ensino fundamental, o aluno deve desenvolver a seguinte habilidade: “(EF12LP03) Copiar textos breves, mantendo suas características e voltando para o texto sempre que tiver dúvidas sobre sua distribuição gráfica, espaçamento entre as palavras, escrita das palavras e pontuação.” (BRASIL, 2018, p. 99).

Nos 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental, o documento oficial enfatiza o desenvolvimento do conhecimento linguístico necessário para o uso adequado da pontuação no discurso direto, nos seguintes termos:

(EF35LP07) Utilizar, ao produzir um texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais, tais como ortografia, regras básicas de concordância nominal e verbal, pontuação (ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, vírgulas em enumerações) e pontuação do discurso direto, quando for o caso. (BRASIL, 2018, p. 113)

O tema aqui tratado permeia todo o documento no que se refere às habilidades mencionadas em língua portuguesa, desde os primeiros anos do ensino fundamental, como visto, até o ensino médio, conforme se pode verificar na leitura dos códigos (EF05LP26), (EF69LP05), (EF69LP07), (EF69LP47), (EF69LP53), (EF06LP11), (EF07LP10), (EF08LP04), (EF08LP16) e (EM13LP15). Sendo assim, a despeito de eventuais críticas que se possam fazer à BNCC, fato é que, ao tomar o texto como base para os temas gramaticais, o documento aborda a pontuação em diversas passagens.

Na sequência desta Introdução, na Seção 1, desenvolvemos o tema desta Monografia a partir de uma revisão da perspectiva apresentada por alguns autores incluídos na tradição gramatical, partindo do nosso primeiro gramático, Júlio Ribeiro (1881), passando por Rocha Lima (2021; [1957]), Bechara (2019; [1961]) e Cunha e Cintra (2008; [1985]), e concluindo com Luft (2002; [1998]), que viveu a transição entre uma perspectiva tradicional, voltada para a escrita, preferencialmente literária, e uma nova forma de abordar os estudos da língua, com a precedência da fala sobre a escrita, sem descuidar da segunda. Na seção 2, apresentamos a pontuação a partir de uma abordagem estilística. A Seção 3, inicialmente, se voltará para o que poderíamos referir como um ponto intermediário, mostrando como é tratada a pontuação dentro de uma perspectiva linguística mais recente, e, em seguida, apresentará as análises de exemplos que demonstram como a sintaxe permite o uso do ponto na separação de elementos oracionais e sintagmas diversos. Finalmente, apresentamos algumas considerações a que o trabalho permite chegar.

2 A PONTUAÇÃO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

A *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, em fins do século XIX e pioneira em vários temas, concebe, no início do capítulo sobre o assunto em análise, que a “*Pontuação* é a arte de dividir por meio de signaes graphicos as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes.” (RIBEIRO, 1881, p. 273, 274). Em seguida, faz interessantíssima análise comparativa, conforme os termos abaixo:

A pontuação é para a syntaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso. Os accentos são, pois, signaes lexeologicos; as notações da pontuação, signaes syntacticos. (RIBEIRO, 1881, p. 274).

A exposição de Júlio Ribeiro evidencia, de maneira incontestável, a relevância da syntaxe para o estudo e a compreensão da pontuação. Nesse ponto de sua abordagem, o foco não está nos elementos prosódicos, como pausa ou ritmo, mas sim sobre conceitos como “partes do discurso”, “ligação íntima” e “relações”. Sua análise perspicaz destaca que “a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso”, concluindo, por fim, que a pontuação possui uma natureza eminentemente sintática.

Em relação à lista de funções da vírgula, a gramática não tem a abrangência das gramáticas tradicionais posteriores (o que não se espera num trabalho pioneiro), que serão discutidas ao longo deste trabalho. Segundo o autor clássico, usa-se a vírgula: “entre palavras, membros e cláusulas que estão na mesma relação”, “antes e depois de toda a palavra, phrase ou cláusula que se pôde supprimir sem desnaturar o sentido”, “depois de uma cláusula que se não pôde supprimir sem offensa do sentido, mas que é bastante extensa”, “para substituir um verbo subentendido”, “depois de muitos sujeitos eguaes em força de expressão, quando entre os dous últimos não medeia a conjuncção *e*”, “depois das conjuncções *mas, ora, pois, porquanto, todavia, quando*; si, principiando por ellas a sentença, quer-se insistir sobre a sua significação”, “depois de *assim, então, demais* e de outros advérbios e locuções adverbias empregadas em princípios de sentenças com sentido de conjuncção” e “depois de *sim* ou *não* collocados no principio da sentença”. Em seguida, apresenta dois casos de omissão do sinal, quais sejam: “entre partes ligadas pelas conjuncções *e, nem, ou*, a não ser que taes partes sejam muito extensas” e “depois do ultimo de muitos sujeitos quando a esse ultimo se tem chegado por uma como gradação” (RIBEIRO, 1881, p. 274, 275).

É importante destacar a descrição do uso da vírgula “depois de uma cláusula que se não pôde supprimir sem offensa do sentido, mas que é bastante extensa”, com a citação do exemplo: “*Um árabe que se destina ao rude officio de salteador do deserto, acostuma-se cedo ás fadigas das correrias*”. Segundo Júlio Ribeiro: “Chama-se a esta vírgula *vírgula de respiração*”. (RIBEIRO, 1881, p. 275 - grifo do autor). Sendo assim, o autor reconhece que, embora o uso dessa vírgula não fosse justificado por questões sintáticas, poderia ocorrer devido ao distanciamento do verbo, causado pela extensão do sujeito, modificado por uma oração relativa, que o torna mais longo. Daí o uso curioso e inspirado de *vírgula de respiração*.

Destaca-se ainda que, à época, predominava o entendimento de que a vírgula deveria ser colocada após o último termo coordenado, antes do verbo principal, quando os termos coordenados aparecessem na função de sujeito, nas palavras do autor: “entre palavras, membros e cláusulas que estão na mesma relação”. O exemplo ilustra suas considerações: “A riqueza, a saúde, o prazer, são cousas transitórias”. Em complemento, a gramática reforça essa posição ao estabelecer que a vírgula deve ser mantida “depois de muitos sujeitos eguaes em força de expressão, quando entre os dous últimos não medeia a conjuncção *e*”, com o exemplo: “Africanos, Gaulezes, Getulos, Egypcios, tinham transformado a linguagem de Roma”. Com relação a esse último caso em específico, o autor anota que “Esta regra tem por fim evitar que o verbo pareça referir-se com mais especialidade ao sujeito que o precede imediatamente”. No entanto, segundo a gramática, a exceção a essa regra deveria ocorrer somente no seguinte caso: “depois do ultimo de muitos sujeitos quando a esse ultimo se tem chegado por uma como gradação”, conforme o exemplo: “Uma palavra, um sorriso, um só olhar basta” (RIBEIRO, 1881, p. 274, 275). Entretanto, houve uma mudança posterior em relação a esse entendimento. A vírgula após o último termo coordenado é notoriamente dispensada.

Assim como as gramáticas de Rocha Lima, Bechara e Cunha e Cintra, examinadas a seguir, a gramática de Júlio Ribeiro fundamenta-se na sintaxe para tratar, caso a caso, das funções da vírgula, bem como das demais notações gráficas, recorrendo pontualmente a elementos prosódicos para esclarecer poucas questões. Considerando, porém, o período em que a obra foi publicada, é relevante observar que, à época, os estudos sobre prosódia e sintaxe ainda não haviam alcançado o nível de desenvolvimento que conhecemos hoje. Ainda assim, vale destacar a prioridade atribuída à sintaxe na abordagem do tema, algo que não se verifica nas mencionadas gramáticas tradicionais, o que revela, nesse aspecto, um espírito pioneiro e alinhado a um entendimento mais avançado.

Na Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima (2021, p. 551 [1957]), há um capítulo destinado exclusivamente à pontuação, cujo subtítulo é “pausa rítmica”. De

forma direta, sem se aprofundar na conceituação do fenômeno prosódico, o autor afirma que, na pronúncia, as pausas rítmicas são assinaladas por entoações características e, na escrita, pelo conjunto de sinais especiais, ou seja, pelas pontuações. Nesse sentido, é feita uma divisão metodológica em três espécies de pontuação: a primeira refere-se às pausas que não quebram a continuidade do discurso (vírgula, travessão, parênteses, ponto e vírgula e dois pontos); a segunda, às pausas terminativas do discurso ou de parte dele (ponto simples, ponto parágrafo e ponto final); e a terceira, às pausas que servem para frisar uma intenção ou estado emotivo (ponto de interrogação, ponto de exclamação e reticências). Rocha Lima esclarece em nota que “Esta sistematização, é claro, não se destina a ser *decorada*. Visa antes a auxiliar o trabalho do professor, que aqui encontrará, já metodicamente dispostos, os principais casos relativos à matéria” (ROCHA LIMA, 2021, p. 551 [1957]). Na sequência, sem retomar em nenhum momento a classificação, são dispostos, de forma exemplificativa, os casos atribuídos às espécies de pontuação.

Dessa forma, a gramática introduz a seção dedicada à vírgula e, sem fornecer explicações específicas sobre esse sinal, apresenta uma lista de casos funcionais para seu uso, a saber: “separar os termos da mesma função, assindéticos”, “isolar o vocativo”, “isolar o aposto”, “assinalar a inversão dos adjuntos adverbiais”, “marcar a supressão do verbo”, “nas datas”, “nas construções em que o complemento do verbo, por vir anteposto a este, é repetido depois dele por um pronome enfático”, “isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, continuativas, conclusivas”, “isolar orações ou termos intercalados”, “separar as orações coordenadas assindéticas”, “separar as orações coordenadas ligadas pela conjunção *e*, quando os sujeitos forem diferentes”, “separar as orações coordenadas ligadas pelas conjunções *mas*, *senão*, *nem*, *que*, *pois*, *porque*, ou pelas alternativas: *ou... ou*; *ora. .. ora*, *quer... quer*, etc.”, “isolar as conjunções adversativas *porém*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*, *contudo*, e as conjunções conclusivas: *logo*, *pois*, *portanto*”, “separar as orações consecutivas”, “separar as orações subordinadas adverbiais (iniciadas pelas conjunções subordinativas não integrantes), quer antepostas, quer pospostas à principal”, “separar os adjetivos e as orações adjetivas de sentido explicativo, ou, como lhes chama o professor José Oiticica, orações adjetivas e adjetivos *parentéticos*” e “separar as orações reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo” (ROCHA LIMA, 2021, p. 552-558 [1957]).

Em uma análise dos casos de uso de vírgula listados pelas gramáticas de Rocha Lima, Bechara e Cunha e Cintra, os dois últimos examinados a seguir, podemos adiantar que há convergência quanto às seguintes funções: isolar vocativo, aposto, conjunções adversativas, partículas e expressões explicativas, corretivas, continuativas, conclusivas e concessivas;

deslocar adjuntos e orações adverbiais; marcar a elipse de uma palavra, realizar datação, intercalar orações e termos; e, por fim, separar as orações adjetivas explicativas, bem como os termos e as orações coordenadas assindéticas. Esse breve mapeamento demonstra a predominância de critérios sintáticos na normatização do uso da vírgula, ainda que, em determinadas situações, a prosódia possa exercer significativa influência.

Na abertura do capítulo sobre pontuação da Moderna Gramática Portuguesa, Bechara (2019, p. 638 [1961]) traz à baila a linguista francesa Nina Catach (1994, p. 7 [1980]) para esclarecer que a pontuação é um

sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (BECHARA, 2019, p. 638)

Em seguida, a gramática apresenta uma sistematização segundo a qual a pontuação pode ser compreendida em duas acepções, a larga e a restrita. Na primeira, enquadram-se tanto os sinais de pontuação propriamente ditos, ou seja, aqueles que se enquadram na acepção restrita, senão ainda os “de realce e valorização do texto”, como títulos, rubricas, margens, espaços, caracteres, a disposição dos capítulos e a maneira de confecção de um livro. Já na segunda acepção, a restrita, figuram apenas os sinais gráficos, divididos em “separadores” (vírgula, ponto e vírgula, ponto final, ponto de exclamação e reticências) e “sinais de comunicação ou ‘mensagem’” (dois pontos, aspas simples, aspas duplas, travessão simples, travessão duplo, parênteses, colchetes e chaves). Além disso, há uma subdivisão dentro da acepção restrita, que distingue os sinais “de pausa conclusa” (ponto, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências) e “os de pausa inconclusa” (vírgula, dois-pontos, parênteses, travessão, colchetes).

Em outra parte, a gramática aborda a aplicação da pontuação com base em sua função, distribuída em três categorias. A primeira é a “pontuação de palavras”, que engloba elementos como espaços em branco, maiúsculas iniciais, ponto abreviativo, hífen, apóstrofo etc. A segunda, que constitui o foco principal do capítulo, é a “pontuação sintática e comunicativa”, correspondente à pontuação propriamente dita. Por fim, a terceira categoria refere-se à “pontuação do texto”. As duas primeiras, evocando, mais uma vez, Nina Catach,

são *interiores* ao texto, aparecem de maneira linear, são comuns ao manuscrito e ao texto impresso e, em princípio, fazem parte da mensagem linguística. (...) é bem provável que pertençam à iniciativa e decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade, de contorno melódico, rítmico e entonacional, além das palavras e construções utilizadas. (CATACH, 1994, p. 7 [1980])

Para fins de esclarecimento, convém destacar que o terceiro tipo de pontuação, referente ao texto, corresponde ao “conjunto de técnicas visuais de organização e de apresentação do objeto livro” (CATACH, 1994, p. 7 [1980]). Podemos citar, como exemplo, os espaços entre as palavras e a disposição do texto em relação às páginas, como as margens e bordas. A título de curiosidade, esse tipo de pontuação desempenha um papel fundamental na poesia, especialmente na poesia concretista, que atribui diferentes significados poéticos à disposição dos espaços, letras e palavras. Além disso, é de suma importância para a preparação e produção editorial de livros.

Como dito acima, é a pontuação sintática e comunicativa, ou seja, a pontuação propriamente dita, que constitui o foco do autor ao longo do capítulo. A gramática aborda especificamente a pontuação sintática no âmbito textual, destacando que o enunciado se organiza com base em princípios sintáticos e semânticos, os quais são reforçados por “unidades melódicas e rítmicas”. Ademais, ressalta que os sinais de pontuação “procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica” (BECHARA, 2019, p. 640 [1961]).

Pode-se observar, na gramática em análise, a perspectiva de que a pontuação deve assegurar os princípios sintáticos e semânticos que regem a construção enunciativa. É constatado, ainda, que, no ato da fala, esses mesmos princípios são mantidos por elementos prosódicos como melodia e ritmo. Embora seja mais legítimo e esclarecedor afirmar desde logo que a sintaxe determina a pontuação, tal interpretação do texto gramatical poderia ser considerada extensiva demais. No entanto, ao que tudo indica, Bechara optou por enfatizar a importância da sintaxe sem contrariar a tradição que concebe a pontuação como um fenômeno prosódico.

Em seguida, a gramática introduz a seção dedicada à vírgula e, sem retomar em detalhes as explicações anteriores, apresenta uma lista de casos funcionais para seu uso: “separar termos coordenados, ainda quando ligados por conjunção (no caso de haver pausa)”, “separar orações coordenadas aditivas ainda que sejam iniciadas pela conjunção *e*, proferidas com pausa”, “separar orações coordenadas alternativas (*ou, quer* etc.), quando proferidas com pausa”, “nas aposições, exceto no especificativo”, “separar, em geral, os pleonasmos, e as repetições (quando não têm efeito superlativamente)”, “separar ou intercalar vocativos; nas cartas a pontuação é vária (em geral, vírgula), e na redação oficial usam-se dois pontos”, “separar as orações adjetivas de valor explicativo”, “separar, quase sempre, as orações adjetivas restritivas de certa extensão, principalmente quando os verbos de duas orações diferentes se juntam”, “separar as orações intercaladas”, “separar, em geral, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal”, “separar, nas datas, o nome do

lugar”, “separar as partículas e expressões de explicação, correção, continuação, conclusão, concessão”, “separar as conjunções e advérbios adversativos (*porém, todavia, contudo, entretanto*), principalmente quando pospostos”, “indicar, às vezes, a elipse do verbo”, “assinalar a interrupção de um seguimento natural das ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária” e “para desfazer possível má interpretação resultante da distribuição irregular dos termos da oração, separa-se por vírgula a expressão deslocada” (BECHARA, 2019, p. 643-645 [1961]).

Embora recorra ao entendimento de Nina Catach, que define a pontuação como essencialmente sintática, a gramática ainda se apoia na ideia de pausa para justificar o uso de vírgula entre termos coordenados e orações coordenadas aditivas e alternativas, quando estão ligados por conjunção. Não pretendemos negar as possibilidades de efeitos estilísticos que a pontuação pode oferecer, como pausas, hesitações, ritmos, cadências, ênfases, coloquialidade, bem como fragmentações com vários objetivos. Tais procedimentos de estilo são comuns ao universo literário e poético. Contudo, na elaboração de um texto que busca alcançar esses efeitos referidos por meio da pontuação, especialmente da vírgula, os princípios que orientam seu uso permanecem essencialmente sintáticos.

É fundamental reconhecer os princípios sintáticos, especialmente os da hierarquia das estruturas e da ordem e disposição dos elementos, que garantem a coesão, a coerência e, em última instância, a inteligibilidade do texto, mesmo diante de inovações estilísticas na pontuação. Para compreender plenamente a função dos sinais de pontuação, é indispensável desenvolver, primeiramente, a consciência sintática, que permite observar como esses sinais interagem com a estrutura das frases e orações no texto. Assim, após a compreensão do papel da pontuação na organização da estrutura, torna-se possível avançar para a análise de seus efeitos prosódicos e estilísticos, como atribuir ênfase e ritmo à leitura.

Por exemplo, para compreender melhor o trecho de Machado de Assis – “Ah! brejeiro! Contanto que não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste.” – (ASSIS, apud BECHARA, 2019, p. 643) para ilustrar o uso da vírgula entre termos coordenados ligados pela conjunção ‘e’, é fundamental que o estudante entenda, primeiramente, que, nesse caso, as duas vírgulas separam os três sintagmas adjetivais coordenados entre si. Posteriormente, pode-se analisar a função estilística do uso da vírgula, que consiste em provocar uma pausa enfática. Dessa forma, torna-se mais acessível a compreensão da orientação sobre o uso da vírgula para separar orações coordenadas aditivas e alternativas, mesmo quando conectadas por conjunções.

Outro aspecto relevante na gramática de Bechara é a ausência da referência ao uso da vírgula na separação das orações reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo. Ao que parece,

o gramático optou por não normatizar esse caso devido à sua natureza variável. Como é sabido, as orações reduzidas podem ou não ser separadas por vírgula, dependendo especialmente de aspectos sintáticos. Como será demonstrado adiante, ao examinarmos as indicações desse uso na gramática de Cunha e Cintra, a consciência sintática revela-se, mais uma vez, fundamental para a compreensão do fenômeno da pontuação.

Por outro lado, a gramática apresenta algumas observações que não foram contempladas pelas gramáticas de Rocha Lima e Cunha e Cintra, de que trataremos adiante. Uma delas refere-se à recomendação de “separar, quase sempre, as orações adjetivas restritivas de certa extensão, principalmente quando os verbos de duas orações diferentes se juntam”, ilustrado pelo seguinte exemplo: “No meio da confusão *que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam*, ninguém reparou nos dois cavaleiros...” (BECHARA, 2019, p. 645 [1961] - grifo do autor). Além disso, Bechara admite o uso da vírgula após o sujeito ser expandido por uma oração adjetiva, conforme se observa no exemplo: “*Os que falam em matérias que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância*”. Embora tal uso não apareça mencionado nas duas aludidas gramáticas tradicionais, ele é antigo, pois já figurava na *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, conforme visto acima. Temos na verdade um sujeito modificado por uma relativa, que contribui para sua extensão. Seria a chamada “*vírgula de respiração*” para esse autor clássico (RIBEIRO, 1881, p. 275).

Por fim, a gramática de Bechara apresenta outros dois casos específicos de uso da vírgula: “assinalar a interrupção de um seguimento natural das ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária” e “para desfazer possível má interpretação resultante da distribuição irregular dos termos da oração, separa-se por vírgula a expressão deslocada” (BECHARA, 2019, p. 645 [1961]). O primeiro caso, ao que tudo indica, faz referência não apenas ao caso de separação de orações intercaladas, como tipicamente abordado nas gramáticas, inclusive na ora analisada, mas também, de termos intercalados. Rocha Lima, de forma cuidadosa, inclui sob um único título a possibilidade de vírgula “Para isolar orações ou termos intercalados” (ROCHA LIMA, 2021, p. 554 [1957]). Com relação ao segundo caso, cumpre ressaltar o mérito em apontar a relevante função da vírgula na dissipação de possíveis ambiguidades.

Aproximando-nos do final do século XX, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra afirmam que

A língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o

movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação. (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 657 [1985])

Em seguida, a gramática separa metodologicamente os sinais de pontuação em dois grupos: os que se têm a função de marcar as pausas (vírgula, ponto e ponto e vírgula) e os que assinalam a melodia e a entoação (dois-pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, colchetes e travessão). A gramática observa que essa divisão, embora seja didaticamente útil, não é rigorosa, pois, em geral, todos os sinais de pontuação desempenham simultaneamente as funções de marcar a pausa e a melodia.

Logo depois, a gramática inicia um subcapítulo dedicado aos “sinais que marcam sobretudo a pausa”, em que os autores contemplam a vírgula, o ponto e o ponto e vírgula. Com relação à vírgula, esclarecem que ela “marca uma pausa de pequena duração” e em seguida dividem as vírgulas entre dois grupos: aquelas com a função de separar elementos no interior de uma oração e outras com a finalidade de separar orações dentro de um período. No primeiro grupo, deparamo-nos com as funções de “separar elementos que exercem a mesma função sintática (...) quando não vêm unidos pelas conjunções *e*, *ou* e *nem*”, e “separar elementos que exercem funções sintáticas diversas, geralmente com a finalidade de realçá-lo”, listando, nesse caso específico, exemplos referentes ao aposto, vocativo, elementos repetidos e adjunto adverbial antecipado. Por fim, são apresentados exemplos de vírgulas com a função de separar o nome de um lugar em datação, bem como indicar a elipse de uma ou mais palavras (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 658-660 [1985]).

No que concerne aos casos de vírgula entre orações, a gramática trata das funções de “separar as orações coordenadas assindéticas”, “separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção *e*”, “isolar as orações intercaladas”, “isolar as orações subordinadas adjetivas explicativas”, “separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal” e “separar as orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio, quando equivalentes a orações adverbiais” (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 660-664 [1985]).

No final do subcapítulo dedicado à vírgula, os autores apresentam conclusões que retomam o entendimento de que a colocação da vírgula é resultado da demarcação de pausas na fala. É dito que “toda oração ou todo termo de oração de valor meramente explicativo pronunciam-se entre pausas; por isso são isolados por vírgulas, na escrita” (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 664 [1985]). Em seguida, explicam o fenômeno inverso: “os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula. Esta a razão por que não é admissível o uso da vírgula entre uma

oração subordinada substantiva e a sua principal”. Por último, afirmam que são poucos os casos em que a vírgula não representa uma pausa na fala, citando como exemplo as respostas rápidas do tipo “sim, senhor” e “não, senhor”.

As afirmações conclusivas, apresentadas de forma categórica, buscam esclarecer o uso da vírgula com base na presença ou ausência de pausas na fala. Contudo, acabam gerando questionamentos. Afinal, apenas orações ou termos de valor explicativo possuem pausa na fala e, por isso, devem ser isolados por vírgulas na escrita? E quanto aos demais casos de uso da vírgula, anteriormente descritos de forma taxativa?

Em que pese haver relação com a prosódia, a pontuação possui natureza essencialmente sintática. Só é possível abordar esse tema de forma aprofundada e completa sob essa perspectiva; do contrário, o enfoque será limitado. E é isso que se observa na apresentação da pontuação como recurso rítmico e melódico, na divisão entre sinais pausais e sinais melódicos e na descrição da vírgula como uma pausa de curta duração e o ponto como uma “pausa máxima da voz” (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 664 [1985]).

No que diz respeito à listagem das vírgulas, a gramática adota uma abordagem seletiva, alinhando-se, em grande parte, aos casos arrolados por Rocha Lima, que inclui apenas alguns casos a mais. Como visto, Bechara apresenta uma quantidade maior de casos específicos. No entanto, um ponto relevante em Cunha e Cintra é a indicação do uso da vírgula para separar orações reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio, com a ressalva de que o uso do sinal só é cabível quando tais orações forem “equivalentes a orações adverbiais” (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 664 [1985]). Dessa forma, a gramática mantém coerência com a regra também aplicável às orações desenvolvidas, com fundamento na conexão sintática existente entre o predador e as estruturas oracionais de natureza adjetiva e nominativa, que, como se sabe, dispensa qualquer sinal gráfico.

Outro aspecto relevante no capítulo sobre pontuação é a abordagem da possibilidade estilística do uso do ponto no lugar da vírgula, promovendo a fragmentação do período sintático tradicional. A gramática ainda adverte o leitor para o fato de que esse recurso seja empregado com adequação e sobriedade, mas não esclarece os critérios que guiam essa quase “permissão”. Em um parágrafo conciso, seguido de exemplos literários, os autores argumentam que a segmentação prolonga a duração da pausa, modificando o sentido do texto, senão vejamos:

O ponto tem sido utilizado pelos escritores modernos onde os antigos poriam PONTO e VÍRGULA ou mesmo VÍRGULA. Trata-se de um eficiente recurso estilístico, quando usado adequada e sobriamente. Com a segmentação de períodos compostos em orações absolutas, ou com a transformação de termos destas em novas orações, obriga-se o leitor a ampliar as pausas entre os grupos fônicos de determinado texto,

como o que lhe modifica a entoação e, conseqüentemente, o próprio sentido. As orações assim criadas adquirem um realce particular; ganham em afetividade e, não raro, passam a insinuar ideias e sentimentos, inexprimíveis numa pontuação normal e lógica. (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 665 [1985]).

No primeiro exemplo apresentado na Gramática, retirado de uma crônica de Manuel Bandeira, da qual os autores transcrevem o seguinte trecho: “Era, na verdade, um mestre, o mestre. Mestre Goeldi”, temos separado por ponto um aposto (“Mestre Goeldi”) modificando um outro aposto, o SD (“o mestre”). No exemplo seguinte, de Almada Negreiros, em que se lê: “A tua presença provocou em mim o sentimento inédito que buscava. Fiquei transposto. Outro. Como desejava.”, encontramos um SAdj, com a função de predicativo (“Outro”), seguido por uma adverbial conformativa (“Como desejava”), isolados por pontos (Cunha e Cintra: 2008: p. 665; [1985]). Nesses dois exemplos, o uso do ponto no lugar da vírgula tem como propósito conferir ênfase ao texto, provavelmente para realçar as características emotivas dos personagens, como é típico em obras poéticas e literárias. No terceiro e último exemplo citado na Gramática, temos o mesmo recurso de substituição de vírgula por ponto, com a finalidade muito semelhante. Vejamos:

(1) A música toca uma valsa lenta. O desânimo aumenta. Os minutos passam. A orquestra se cala. O vento está mais forte. Clarissa começa a ficar decepcionada. Decerto o poeta está doente. Ou com frio. Ou se esqueceu de aparecer. (VERÍSSIMO, apud CUNHA e CINTRA, 2008, p. 665 [1985]).

No exemplo acima, a sequência de orações simples e curtas confere dinamismo à descrição da cena e aos pensamentos da personagem Clarissa. No final do texto, temos um SP predicativo (“Ou com frio”), coordenado ao SAdj “doente”, e uma oração coordenada alternativa (“Ou se esqueceu de aparecer”) separados por pontos, para realçar o estado emotivo de aflição da personagem.

Conforme será analisado mais detalhadamente adiante, o uso do ponto em substituição à vírgula, promovendo a ruptura do período sintático tradicional, tem recebido a atenção de outros autores. Esse fenômeno não está mais restrito ao universo dos “escritores modernos”, como mencionado no trecho em destaque. Hoje em dia, é comum encontrar esse tipo de fragmentação estrutural em jornais de grande circulação e em redações escolares. Em apertada síntese, a consciência da estrutura sintática, mais uma vez, revela-se essencial para a compreensão desses casos.

Para uma breve conclusão do que vimos nesta primeira Seção, excetuando Júlio Ribeiro, as gramáticas de Rocha Lima, Bechara e Cunha e Cintra apresentam o tema pontuação, com

base em conceitos da área da prosódia, – como, por exemplo, ritmo, entonação, melodia e duração – a partir de um viés funcional, em que elementos típicos da fala poderiam ficar a cargo da pontuação na escrita. Sendo assim, a vírgula e o ponto, por exemplo, deveriam servir para promover na leitura uma pausa de diferentes durações, a primeira, mais curta, e a segunda, mais longa.

Em Cunha e Cintra, a pontuação é dividida com base no critério funcional de marcação das pausas ou das melodias. Em Rocha Lima, as chamadas pausas rítmicas são representadas na escrita pela pontuação, que se organiza em três grupos: as pausas que indicam continuidade de discurso, as terminativas e as que expressam um estado emotivo. Por fim, em Bechara, a despeito de adotar a abordagem proposta pela linguista Nina Catach, para quem “a pontuação moderna tem uma função essencialmente sintática” (CATACH, 1994, p. 7 [1980]), ainda há referências às pausas e entonações como fundamentos para o uso dos sinais de pontuação. No entanto, de maneira significativamente distinta, a clássica gramática de Júlio Ribeiro descreve a pontuação como um fenômeno sintático.

Concluimos esta seção com um longo gramático, que passou pela tradição e ainda teve a oportunidade de enveredar pela linguística: Celso Pedro Luft. Em sua obra “A Vírgula” (LUFT, 2002, p. 7 [1998]), ele afirma que “a nossa pontuação – a pontuação em língua portuguesa – obedece a critérios sintáticos, e não prosódicos”. Em seguida, o gramático é categórico ao dizer que deve ser rejeitada a ligação entre pontuação e prosódia, senão vejamos:

Essa ligação entre pausa e vírgula deve ser a responsável pela maioria dos erros de pontuação. E penso que está mais do que na hora de desligar as duas coisas. No entanto, mesmo em gramáticas recentes, e de autores bem conceituados, persiste a ilusão. (LUFT, 2002, p. 7 [1998])

De acordo com Luft, podemos afirmar que as conceituações de pontuações que constam da maioria das gramáticas tradicionais, que, como visto, são do nível da prosódia, não são as mais adequadas para o entendimento desse fenômeno linguístico. Isso porque a pontuação pode coincidir ou não com as pausas e entonações. Vejamos o que diz o gramático:

Quantas vezes fazemos pausa entre sujeito e verbo, entre verbo e complemento. E no entanto é elementar que nessas estruturas não cabe vírgula. Por que? Porque **a nossa virgulação é de base sintática, e não separa o que é sintaticamente ligado**. Trata-se, evidentemente, de um critério. *Arbitrário, criticável* – como tantos outros critérios. (LUFT, 2002, p. 8 [1998] - grifo do autor - e ênfase acrescida com itálico).

Convém, antes de prosseguir, fazer uma breve digressão para destacar o uso enfático do ponto que separa os adjetivos “arbitrário” e “criticável” do SD que modificam (“um critério”) no trecho da citação: “Trata-se, evidentemente, de um critério. Arbitrário, criticável – como

tantos outros critérios”. Como mencionado anteriormente, na análise da Gramática de Cunha e Cintra (200, p. 665 [1985]), no que tange ao entendimento de que o uso do ponto em lugar da vírgula é típico de “escritores modernos”, vale frisar que tal fenômeno deixou de ser exclusivo de textos literários (se é que algum dia foi) e passou a figurar em diversos outros gêneros, inclusive científicos, como a obra em análise, bem como em outros que veremos mais adiante.

Retomando o tema em debate, pensamos que a melhor maneira de abordar a pontuação é através da noção de estrutura sintática. A análise da articulação em âmbito argumental e sentencial é o melhor caminho para a compreensão desse fenômeno linguístico. Segundo Luft (2002, p. 8 [1998]), a intuição estrutural se faz *conditio sine qua non* à pontuação eficiente:

A verdade é que, para virgular bem, precisamos de uma boa intuição estrutural. Porque todas as regras explícitas das nossas gramáticas e manuais de português são deficientes e precárias. Não suficientemente gerais e precisas para abranger todos os casos particulares.

Intuição estrutural – escrevi. Senso das estruturas sintáticas. E não ouvido, a não ser que emprestemos outra significação a essa palavra. Vírgula de orelha é vírgula como um colegial incipiente. (LUFT, 2002, p. 8 [1998])

A pontuação emerge nas fronteiras sintáticas criadas pela predicação, mudança da ordem das palavras, esquemas relacionais, enfim, por ocorrências sintáticas. Embora as gramáticas adotem como fundamentação teórica os fenômenos prosódicos, especialmente na apresentação do tema, acabam, de uma forma ou de outra, recorrendo à sintaxe na exposição, por exemplo, dos casos de uso da vírgula. Os empregos para isolar conjunções adversativas, bem como partículas e expressões explicativas, corretivas, continuativas, conclusivas e concessivas; intercalar orações e termos; e separar as orações reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo, senão também os termos e as orações coordenadas assindéticas (casos em que as três gramáticas estão alinhadas) evidenciam a natureza eminentemente sintática do tema. Sem dúvida, em questões específicas e relevantes, há interfaces com a prosódia, como na aplicação da vírgula para separar apostos e orações adjetivas apositivas; deslocar adjuntos e orações adverbiais; e marcar o redobro de sujeitos longos. Entretanto, a sintaxe, ainda assim, deve manter-se como prioridade no entendimento da matéria em todas as ocorrências.

3 ENTRE A TRADIÇÃO GRAMATICAL E UM OLHAR PARA O ESTILO

O filólogo e linguista Othon Moacyr Garcia, em sua obra *Comunicação em Prosa Moderna*, que durante muitos anos foi um manual festejado entre os que ensinavam redação, discute o conceito de “frase fragmentária”, afirmando que toda oração subordinada e adjuntos são, na verdade, fragmentos de frases. Por isso, não devem estar separadas da principal por pontos, mas preferencialmente, por vírgulas. Para ilustrar, o autor apresenta o seguinte trecho de uma redação escolar: “*O povo carioca pode gabar-se dos seus quatrocentos anos de vida. Vida bem vivida. Tendo por prêmio a natureza e o clima ameno*” (GARCIA, 2011, p. 136 [1967]).

O autor classifica o primeiro período (“O povo carioca pode gabar-se dos seus quatrocentos anos de vida”) como um exemplo de frase íntegra. Depreende-se facilmente que essa afirmação se justifica pela sua independência sintática e semântica. Em contrapartida, ele observa que o segmento seguinte (“Vida bem vivida”), por se tratar de um aposto e estar isolado por pontos, em vez de vírgulas, transforma-se em uma frase fragmentária, ainda que estilisticamente válida. É o que se depreende das considerações do próprio autor:

(...) O segundo — “*Vida bem vivida*” — é aposto de “vida”, aposto por reiteração, com propósito enfático. Poderia estar entre vírgulas, como é de regra, mas o autor deu-lhe maior realce, separando-o por ponto. É, em essência, um fragmento de frase, mas não vicioso, dada, inclusive, a possibilidade de entendê-lo também como construção elíptica ou como frase nominal. Entretanto, parece mais natural encará-lo como um recurso de estilo que se resolveu satisfatoriamente numa frase fragmentária. (GARCIA, 2011, p. 135-136 [1967])

Contudo, em relação ao último trecho, uma subordinada reduzida de gerúndio, que pode ser interpretada como uma relativa ou uma causal (“*Tendo por prêmio a natureza e o clima ameno*”), o autor afirma tratar-se de uma frase fragmentária viciosa, nos seguintes termos: “é um fragmento de frase, tido como vicioso pelos cânones gramaticais, já que se trata de uma oração dependente desligada da sua principal” (GARCIA, 2011, p. 136 [1967]).

Não identificamos uma justificativa exata para a interpretação do autor de que o segundo trecho deva ser validado, enquanto o terceiro seja classificado como um fragmento vicioso. Uma possível explicação poderia ser a permissão para estruturas nominais e a vedação para orações subordinadas, pois é afirmado que “o fragmento de frase vicioso decorreu do isolamento da oração gerundial ‘tendo...’, isolamento feito com inabilidade ou incúria” (GARCIA, 2011, p. 136 [1967]). No entanto, essa explicação se torna questionável ao analisarmos os exemplos literários apresentados pelo próprio autor, nos quais aparecem diversas frases fragmentárias, inclusive orações subordinadas reduzidas de gerúndio, que,

segundo ele, são de estilo. Vejamos o seguinte trecho de Rachel de Queiroz a que o autor faz referência:

(2) Viver podia ser tão bom. Ou bom não digo total, mas podia ser sofrível. Cada dia que amanhece. Cada noite com as suas estrelas. E os matos e os bichos e suas flores... E gente dos morros, igualmente com seus passarinhos. Porque tem muita gente de morro que, embora na cidade, leva a sua existência natural, como índios. **Morando naqueles ninhos empoleirados nas pedras, cozinhando em trempe, apanhando água onde encontra, sem conhecer veículo que chegue lá em cima, nem luz elétrica...** Vivem em condições sub-humanas, alega-se. É, sub-humanas e sobre-humanas, lá em cima, tão alto. E não gostam, naturalmente. (QUEIROZ, 1964, apud GARCIA, 2011, p.137. Ênfase acrescida)

No texto acima, encontramos destacado um caso de fragmentação envolvendo uma oração subordinada reduzida de gerúndio (“Morando naqueles ninhos empoleirados nas pedras, cozinhando em trempe...”), cuja estrutura se assemelha significativamente à do trecho produzido pelo aluno. No entanto, segundo Garcia: “Só os autores experimentados, só os grandes escritores sabem quando e como desprezar certos preceitos gramaticais para obter efeitos estilísticos abonadores” (GARCIA, 2011, p. 136 [1967]).

Como se sabe, o reconhecimento público de um grande escritor, como referido pelo linguista, frequentemente se alinha à ideia de cânone literário. Mesmo os modernistas do período entre guerras, que inicialmente buscaram romper tanto com os padrões da língua quanto com o estilo canônico, acabaram posteriormente por incorporá-los. De acordo com o linguista, também são legítimas as abundantes frases fragmentárias desse período literário, senão vejamos:

Ora, o estilo da literatura moderna, brasileira ou não, principalmente a do período entre as duas grandes guerras, distingue-se pelo feitio da sua frase fragmentária, em consequência quase exclusiva de um critério de pontuação não ortodoxo. Não obstante, são formas de expressão legítimas sob o aspecto estilístico e não estritamente gramatical. **Quando intencionais e praticadas com habilidade, constituem virtudes estilísticas; quando resultam de incúria ou ignorância, tornam-se vícios lastimáveis.** (GARCIA, 2011, p. 136 [1967] – ênfase acrescida)

Na falta de uma análise gramatical e estilística das frases fragmentárias típicas do movimento literário, o autor resolve a questão afirmando que a legitimidade depende de intenção e habilidade, enquanto os vícios decorrem de incúria e ignorância. Contudo, essa posição não oferece uma explicação linguística concreta que permita determinar, de forma objetiva, se uma frase fragmentária é legítima ou não, porque o leitor não tem como avaliar a intenção e a habilidade do autor. Portanto, fica implícito que a avaliação não está

necessariamente ligada à forma como a frase é construída, mas sim à reputação ou autoridade de quem a produz.

Em resumo, uma obra que se tornaria na época de sua publicação um sucesso literário e um modelo para a “boa redação”, acaba a um só tempo por veicular um preconceito velado e prenciar o que se legitimaria na escrita não literária, alcançando os efeitos estilísticos pretendidos, sempre que permitidos pela sintaxe, sem que o autor, ilustre ou não, se desse conta disso. Porém, considerando que a primeira edição da obra Comunicação em Prosa Moderna, de Othon Moacyr Garcia, foi publicada em 1967, é necessário fazer a ressalva de que o autor ainda estava imbuído da ideia de que a bela escrita é a literária e, a ela, tudo se permite.

4 AS ESTRUTURAS EM ANÁLISE, FINALMENTE NOMEADAS NA LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA: AS “DESGARRADAS”

Não se pode ignorar que o uso do ponto para separar subordinadas menos integradas à principal, ou seja, aquelas que têm função de adjunto adverbial, função caracterizada pela mobilidade dos verdadeiros advérbios, que é observada nos adjuntos simples ou oracionais, e aquelas que têm a função de aposto, sempre caracterizado por uma curva entoacional descendente, entre a estrutura apositiva e o SD modificado, têm merecido inúmeros estudos desde sua introdução nas descrições linguísticas justamente separando uma subordinada de sua principal, para que se obtenha um efeito de ênfase sobre a oração desgarrada. Devemos a Decat (1999) o batismo de tais estruturas como “desgarradas”.

Conforme observado por Cavalcante, Rodrigues e Coan (2020): “desde Decat (1999), Decat divulga resultados da análise de enunciados que, mesmo classificados tradicionalmente como dependentes, são realizados no discurso de forma solta, independente, ‘desgarrada’ da cláusula principal” (2020: p. 90). Em seguida, os autores esclarecem o seguinte:

A frouxa relação entre cláusulas não encaixadas leva Decat (2011) a postular que as adjetivas explicativas (relativas apositivas) e as adverbiais seriam mais ‘desgarráveis’, tendo em vista seu grau baixo de integração com as nucleares a que se acoplam. (CAVALCANTE, RODRIGUES e COAN, 2020, p. 91)

De acordo com os autores, trata-se de manifestações expressivas que usam o ponto para alcançar diferentes sentidos, na maioria das vezes um sentido enfático, em uma nova estrutura coesiva. Vejamos:

Do ponto de vista pragmático, as desgarradas servem a funções comunicativas, com efeitos relacionados à ênfase, à coesão (DECAT, 1999; 2011), à focalização, à avaliação, à retomada e a adendo (DECAT, 2009; 2011), por exemplo, contribuindo para a argumentação em diversos gêneros textuais (DECAT, 2004). (CAVALCANTE, RODRIGUES e COAN, 2020, p. 91)

Rodrigues, no artigo Cláusulas Desgarradas e Insubordinadas no Português Brasileiro (RODRIGUES, 2021, p. 142), tendo como base a noção de “unidade comunicativa” e “unidade informacional”, que abrangem não só oração, mas também uma estrutura sem a presença de verbo, defende que as “cláusulas desgarradas”¹ não se integram sintaticamente à estrutura

¹ Cabe esclarecer que, em trabalhos mais recentes, Rodrigues tem revisito a terminologia adotada e passado a incluir os fenômenos anteriormente descritos como *cláusulas desgarradas* sob o rótulo mais amplo de *insubordinação* e de seus subtipos. A opção pelo termo *desgarrada*, neste trabalho, justifica-se pelo recorte teórico e bibliográfico das obras aqui mobilizadas.

principal e que o ponto marca essa ausência de relação sintática entre as estruturas. Em suas próprias palavras:

A noção de cláusula aqui adotada remete à noção de unidade comunicativa, nos termos de Dahlet (2006, p. 128), e à noção de unidade informacional, nos termos de Chafe (1980). Segundo ele, uma unidade de informação é uma unidade sintaticamente independente com entoação de cláusula final. Associando-se isso ao desgarramento, pode-se dizer que uma cláusula desgarrada é uma unidade informacional que se materializa à parte e que se relaciona com algum material linguístico a ser recuperado em porção textual adjacente. O isolamento sintático da desgarrada é indicado na língua escrita por um sinal de pontuação terminativo em relação ao que vem antes dela. (RODRIGUES, 2021, p. 142)

No mesmo artigo (RODRIGUES, 2021, p. 146), a autora faz referência direta à eminente professora Decat (2011), para esclarecer o fenômeno do desgarramento, destacando a produção da cláusula desgarrada de forma independente sintaticamente, nos seguintes termos:

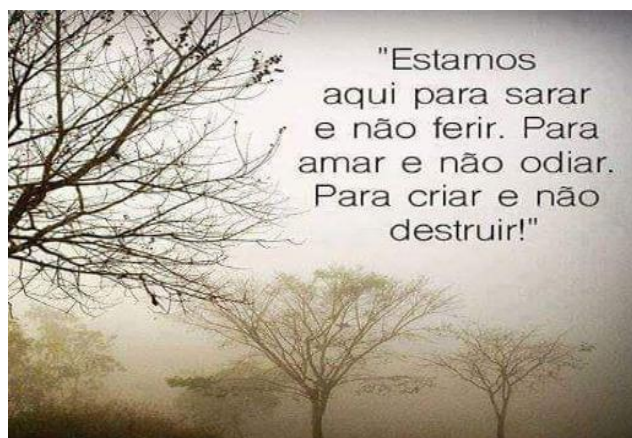
[...] ‘desgarramento’ refere-se, aqui, à **ocorrência desgarrada** de uma estrutura, produzida pelo falante/escritor **já como uma estrutura não anexada sintaticamente ao que a antecede**, e não, numa leitura gerativista, como uma estrutura que teria se *desgarrado*, se desprendido de uma ‘estrutura-mãe’. (DECAT, 2011, p. 144, grifos da autora)

Rodrigues afirma que a pontuação, especialmente o ponto final, atua como um marcador desse fenômeno na escrita, criando uma ruptura prosódica e gráfica que destaca a informação desgarrada, tornando-a um enunciado isolado e autônomo. Sendo assim, ela conclui que “a desgarrada separa-se graficamente e sintaticamente do que foi anteriormente expresso, ficando solta, independente, constituindo sozinha uma informação à parte” (RODRIGUES, 2021, p. 147).

Os exemplos citados no artigo são coletados de postagens feitas no aplicativo *WhatsApp*, no período de março a julho de 2020, que exibem estruturas como:

- (3) “Estamos aqui para sarar e não ferir. Para amar e não odiar. Para criar e não destruir!”
- (4) “Bom dia! Hoje seu dia será especial. Onde tudo dará certo, com esperança, fé, vontade e coragem... Sorria! O dia é todo seu, faça do hoje o seu dia especial, o dia perfeito para ser feliz.”

Figura 1 – Post com exemplo cláusulas circunstanciais desgarradas



Fonte: Rodrigues, 2021, p. 149.

Figura 2 – Post com exemplo de cláusula relativa desgarrada



Fonte: Rodrigues, 2021, p. 149.

No exemplo (3), Rodrigues destaca as subordinadas adverbiais desgarradas (“Para amar...” e “Para criar...”). Convém acrescentar que, ao que tudo indica, o uso da pontuação, nesse caso, visa a realçar o paralelismo e o sentido de propósito humanitário da mensagem. O exemplo (4) mostra uma relativa apositiva, estranhamente modificando não um SD, mas toda a principal. A figura que traz o dado exhibe uma diagramação com mais “hierarquia da informação” – para citarmos um importante princípio do *design* da comunicação – envolvendo o texto. Sendo assim, podemos trazer à baila as classificações de Bechara e de Catach, comentadas no item 1 desta monografia. Como supracitado, a “acepção larga” enquadra tanto

os sinais de pontuação propriamente ditos, como também os “de realce e valorização do texto” (BECHARA, 2019, p. 638 [1961]). E a “pontuação do texto”, que, de acordo com a linguista francesa, inclui, entre outras “técnicas visuais”, a disposição das palavras. Vejamos:

Conjunto de técnicas visuais de organização e de apresentação do objeto livro, que vão do espaço entre palavras aos espaços de páginas, passando por todos os procedimentos interiores e exteriores ao texto, com vista ao seu arranjo e sua valoração. (CATACH, 1994, p. 7 [1980])

Devemos considerar que a abordagem de Rodrigues tem como base a teoria funcionalista, que privilegia a função comunicativa e o contexto de uso da língua na análise da estrutura das frases. Essa concepção pode levar à compreensão de que a estrutura desgarrada seja independente.

Vemos acima uma questão controversa: o estatuto sintático da oração desgarrada. Acreditamos que a colocação do ponto a fim de representar graficamente uma pausa prosódica ou destacar enfaticamente a desgarrada, apesar de criar diferentes sentidos, não elimina a relação sintática com a estrutura principal. No trecho citado no início desta seção: “O povo carioca pode gabar-se dos seus quatrocentos anos de vida. Vida bem vivida. Tendo por prêmio a natureza e o clima ameno.” (GARCIA, 2011, p. 136 [1967]), a relação sintática dos segmentos separados por pontos após a oração principal é mantida no nível discursivo. É possível recorrer à consciência sintática para perceber a relação estrutural entre os segmentos, mesmo que separados por ponto, em vez de vírgula. A relação apositiva do sintagma (“Vida bem vivida”) e a ideia de causa, esclarecendo por que o povo carioca pode se gabar, da oração subordinada (“Tendo por prêmio a natureza e o clima ameno”) podem ser identificadas a partir da relação sintática que possuem com a estrutura principal (“O povo carioca pode gabar-se dos seus quatrocentos anos de vida”).

Apenas a título de ilustração, mostramos que o uso das orações desgarradas está consolidado no nosso dia a dia, transcrevemos os exemplos abaixo, retirados de jornal de grande circulação, produzidos por formadores de opinião que, a toda evidência, usam a norma culta. Vejamos:

- (5) a. “São tempos nada engraçados e pouco poéticos. **O que não significa que não tenha gente fazendo humor para esquecer a dor**”. (Veríssimo, em entrevista ao O Globo, março de 2020)
- b. “Pela primeira vez na pandemia eu me sinto num ambiente com controle sanitário. **Que leva o lockdown a sério**”. (Ruth de Aquino, 05.05.2021)
- c. “Não existe ainda o tratamento, os remédios, a vacina redentora. **Que faria da verdade básica a verdade completa. Ainda que efêmera**”. (Joaquim Falcão, O Globo, 29.03.2020)

d. “A verdade básica produzida pela ciência a inspirar a Constituição não é verdade absoluta e final. **Estática**. É o último conhecimento disponível que mais nos aproxima da verdade. **No caso, da cura. Da vacina.**” (Joaquim Falcão, O Globo, 29.03.2020)

O que ilustramos acima mostra “desgarradas”: uma apositiva de frase em (5a); uma relativa apositiva em (5b); uma relativa apositiva e uma adverbial com o verbo “ser” elíptico em (5c). Em (5d) mostramos constituintes simples: um SAdj, modificador coordenado a dois outros SAdjs no texto precedente; e dois SPs: “No caso, da cura” e “Da vacina”. O primeiro é um adjunto que traz encaixado um SP que é um claro complemento oblíquo, de “aproxima”, predicator presente na principal (“...nos aproxima da cura”). E um outro SP desgarrado, “da vacina”, um complemento do SN “cura”. Vemos então dois complementos e não adjuntos desgarrados – um complemento verbal e um nominal, o que sugere, talvez, o avanço dos contextos em que o recurso é usado. E clama por uma atenção maior às estruturas não oracionais, que podem ampliar as restrições impostas ao desgarramento de estruturas de análise mais complexa.

Não é raro encontrar “desgarradas” ou “soltas” orações coordenadas (ligadas ao período anterior, introduzidas por conjunções adversativas, aditivas, alternativas, entre outras, um procedimento condenado por professores que preparam alunos para o ENEM) e uma subordinada com dupla ênfase: além de separada por ponto, aparece precedida de um advérbio focalizador (“principalmente”), como mostra o trecho em (6):

(6) “Cinema é imagem. E não há palavras que consigam reproduzir o que se vê na tela. **Principalmente quando a tela é ocupada pela magia.**” (Xexéo, 2018).

A seguir, vemos dois trechos, retirados de um texto escrito por um professor de importante instituição de ensino superior, em São Paulo, que é colaborador de uma revista de circulação nacional:

(7) “Achei perfeitamente razoável que alguém se defina dessa maneira. **Mas implausível**, como um tipo de metafísica. **Espécie** de monismo existencial, que termina por esterilizar, em vez de dignificar, a ideia de diversidade. Identidades podem surgir do cultivo de diferentes valores e formas de pensar. **De vínculos afetivos**, da religião, da formação cultural. **Ou** quem sabe de um ativo senso de individualidade, do cosmopolitismo, do amor à ciência e à dúvida intelectual.

[,,]

[Isso] Não é nada bom. Significa perder uma lição elementar da tradição iluminista. De **que** somos capazes de compreender as razões de uns dos outros e revisar posições. **E perdoar**, inclusive, e não enfiar no pescoço a faca de uma virtude autoproclamada. **Celebrar**, em síntese, a incrível riqueza da diversidade, em vez de usar ideias generosas

como uma nova forma de poder. **Como**, aliás, estamos cansados de observar ao longo da história.” (SCHÜLER², 2024, p. 16-17).

Dissecando o trecho acima, no primeiro parágrafo, encontramos um modificador adjetival (“*Mas implausível...*”) coordenado ao que se encontra no período precedente e seguido de um aposto (“*Espécie de...*”), também desgarrado, que serve de principal a uma relativa. A seguir, um complemento do verbo “surgir” (“*De vínculos afetivos...*”), desgarrado do membro (ao qual se coordena na principal). O parágrafo termina com uma última desgarrada, uma interrogativa, coordenada ao trecho precedente introduzida pela conjunção “Ou”.

No segundo parágrafo, destacamos uma oração que modifica “tradição iluminista” (“De que somos capazes...”), introduzida por um complementizador **que**, portanto, não se encaixa no quadro das relativas (que requereria um pronome relativo regido de preposição “segundo a qual”), mas das tradicionais substantivas com a função de adjunto adnominal, subtraídas sem 7explicação do quadro das orações desse tipo, após a promulgação da NGB (1957). Esse tipo de construção tão frequente, que modifica um SD, que significa uma proposição (fato de que, o boato de que, a ideia, a tradição de que...), foi resgatado por Pilar Barbosa (*in* RAPOSO *et alii* 2013), na Gramática do Português, com o rótulo de completiva especificativa. O rótulo “completiva” vem do fato de ela ser introduzida por um complementizador; e o termo “especificativa” indica que ela não é um adjunto (**modificador**) do nome a que se liga, mas que **especifica** qual é o seu conteúdo.

Retomando a análise do segundo parágrafo, já no final, temos duas estruturas desgarradas: orações subordinadas reduzidas e coordenadas entre si, completivas do adjetivo (“*capazes...*”), juntando-se à primeira reduzida (“*de compreender...*”). E, por último, uma adverbial conformativa (“*Como...*”) também desgarrada.

Com relação ao exemplo acima, não se pode negar que a pontuação dá uma expressividade que se perderia se o autor seguisse as regras positivadas pelas gramáticas tradicionais para uso do ponto. E é a sintaxe que permite as separações, desde o aposto da segunda linha, passando pelas coordenações e pelas funções das subordinadas envolvidas.

Com base em trechos de escrita jornalística, demonstramos que a sintaxe permite o uso do ponto para separar não apenas elementos oracionais, mas também diferentes tipos de sintagmas, inclusive alguns mais integrados, como complementos verbais e nominais, estes aparentemente mais associados a sintagmas não oracionais e não tão frequentes como os menos integrados. Isso clama por uma análise mais detalhada que nos diga até que ponto a sintaxe

² Cientista político e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

permite tais estruturas. Os adjuntos – sejam eles adnominais ou apostos, cuja estrutura pode ser um SAdj, um SP ou um SD, adverbiais (SAdv e SP) – estão presentes há muito tempo em matérias assinadas e crônicas. Embora apresentem estruturas não oracionais, podem ser apontados como desempenhando as mesmas funções que as orações.

Por isso, pensamos ser muito mais vantajosa a análise e a descrição pelos elementos predadores, seus complementos e adjuntos, com base em uma descrição atual, que permita dar ao estudante uma maior consciência sintática, partindo do reconhecimento de estruturas básicas da sentença até a compreensão de outras mais complexas. Para tratar especificamente desse tema, a observação da maior ou menor integração entre constituintes simples ou oracionais, contamos com as descrições gramaticais de Duarte, Inês (2003); Duarte, M.E.L. (2007a,b), que se encontram atualizadas e disponíveis na Faculdade de Letras pela autora, e Barbosa, Pilar (*in* Raposo *et alii* 2013). Esses textos, que mencionam a relação entre sintaxe e prosódia, podem ajudar o aluno a adquirir uma consciência sintática com foco na predicação argumental e articulação de sentenças. Em outras palavras, ele pode entender o que leva ao ponto e à vírgula (entre outros sinais); mas vai também aprender quando essas regras podem ser “violadas”, se isso for feito em favor daquilo que a palavra escrita não pode expressar se se mantiver presa à convenção.

Como se sabe, à medida que o aluno amadurece, sua produção textual ganha maior complexidade e dinamismo. É quando ele começa a fazer uso, em maior escala, da subordinação e, na modalidade escrita, da pontuação em sua variedade de ocorrências. Nesse sentido, saber ou não usar a correta pontuação no texto parte de um conhecimento estrutural, sintático, que deve estar na base do ensino de pontuação.

Acreditamos que o entendimento da pontuação a partir da sintaxe deve ser finalmente consolidado e que a criação de uma consciência sintática é imprescindível para o domínio desse tema. A partir de uma iniciação em âmbito escolar em temas como relações gramaticais, predicação, estrutura argumental, elementos modificadores (do SV e do SN), o aluno terá uma base sólida para pontuar com confiança e sucesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RELAÇÃO SINTAXE E PROSÓDIA NA PONTUAÇÃO

Como ficou demonstrado neste trabalho, excetuado Júlio Ribeiro, as gramáticas tradicionais de Rocha Lima, Bechara e Cunha e Cintra abordam a pontuação a partir de uma perspectiva funcional, em que elementos típicos da fala poderiam ser representados no texto pelos sinais de pontuação. Assim, fundamentadas em conceitos da prosódia, como ritmo, entonação, melodia e duração, essas gramáticas enfatizam, especialmente na apresentação do tema, o papel expressivo dos sinais. A sintaxe, por sua vez, assume um papel secundário, emergindo no tratamento caso a caso, como no uso da vírgula, cuja função é essencialmente estruturante. Sendo assim, não é correto apresentar a vírgula e o ponto, por exemplo, como sinais que promovem pausas de diferentes durações na leitura – a primeira, mais curta, e a segunda, mais longa.

Sabemos que uma das funções da vírgula é representar, ainda que aproximadamente, as pausas da fala. Contudo, nem sempre isso é possível, tendo em vista o princípio da não congruência entre a sintaxe e a prosódia. É necessário entender que os constituintes prosódicos tendem a manter o equilíbrio entre os grupos acentuais da fala (BARBOSA, 2019, p. 82), mas suas fronteiras podem variar a depender dos objetivos da comunicação, como, por exemplo, o de destacar determinados trechos através da ênfase. Os constituintes sintáticos, por sua vez, são mais rígidos e apenas em certos casos suas fronteiras coincidem com as dos constituintes prosódicos. Logo, a maioria das pausas na fala não podem ensejar uma vírgula no texto escrito. Além disso, na maioria dos casos, a relação entre pausa e vírgula não se impõe como uma regra cuja transgressão venha acarretar qualquer prejuízo à compreensão do texto. Isto é, a pausa sugerida por uma vírgula pode não se concretizar na fala, sem que isso afete em nada a clareza da mensagem. Quando, porém, houver prejuízo na comunicação, estaremos diante de uma exceção ao princípio supracitado.

A vírgula que serve para marcar uma relativa apositiva é um caso emblemático de representação de uma diferença na prosódia. Um exemplo corriqueiro nas salas de aula é a comparação entre as sentenças: “Os alunos que estudaram passaram na prova” e “Os alunos, que estudaram, passaram na prova”. Em breve síntese, a pontuação representa uma pausa breve antes e depois do constituinte, pronunciado, no começo, com um tom neutro ou levemente elevado e seguindo uma curva entoacional descendente, quando a oração modifica um SD inteiro. No caso das restritivas, a oração modifica o SN e portanto é mais integrada a ele, daí a maior frequência de desgarradas apositivas. Esse processo confere ao constituinte um

significado mais geral, auxiliando na compreensão da oração subordinada adjetiva apositiva. Por sua vez, caso o constituinte fosse proferido sem a pausa e com a entoação mais contínua, entenderíamos a subordinada como uma relativa restritiva.

Não é o objetivo deste trabalho explorar todos os pormenores das interfaces entre sintaxe e prosódia, que, sem dúvida, são complexas e importantes. No entanto, como demonstrado, podemos afirmar com segurança que os sinais de pontuação, especialmente a vírgula e o ponto, não podem ser fundamentados em elementos prosódicos com tanta precisão como fazem crer as gramáticas tradicionais. Isso se deve ao fato de que a relação entre sintaxe e prosódia, nesse contexto, não é absolutamente congruente.

Ainda que haja uma aproximação da vírgula e do ponto com a pausa – nas quais as fronteiras dos constituintes sintáticos e prosódicos coincidem e concorrem para a construção dos sentidos –, certo é que a função essencial da pontuação sempre será estabelecida pela sintaxe. Isso porque é ela que organiza as estruturas ao longo do texto, impondo hierarquias e limites. Portanto, no que diz respeito ao entendimento dessa matéria, é imprescindível que a sintaxe figure como fundamento central nas abordagens da pontuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Pilar. Subordinação Argumental Finita *In*: E. RAPOSO *et alii* (orgs.). **Gramática do Português**. 2003.
- BARBOSA, Plínio Almeida. **Prosódia**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. **Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CATACH, Nina. **La Punctuation**. Langue Française. Paris: PUF, 1994.
- CAVALCANTE, Sávio André de Souza; RODRIGUES, Violeta Virginia; COAN, Márluce. Sintaxe: articulação de orações. **Linguística Geral**: os conceitos que todos precisam conhecer - volume 3, [S.L.], p. 56-100, dez. 2020. Pimenta Cultural. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.113.56-100>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.
- CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. *In*: CHAFE, W.L. (Ed.). **The Pear Stories**: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production. Norwood: Ablex, 1980.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DAHLET, V. **As (man)obras da pontuação**: usos e significações. São Paulo: Associação Editora Humanitas, 2006.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta**. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1º sem. 1999. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/10274/0>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e 2, p. 79-101, jan.-dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25257>. Acesso em: 14 de outubro de 2025.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Estruturas desgarradas em foco: a função focalizadora de orações em sua ocorrência sem a oração-matriz, no português falado e escrito. *In*: **VI Congresso Internacional da ABRALIN**, 2009, João Pessoa – PB. ABRALIN 40 ANOS – ANAIS. João Pessoa – PB: Ideia, 2009. p. 2141-2151.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

DUARTE, M. Eugenia L. Termos da oração. In BRANDÃO, S. F. & VIEIRA, S. R. **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007a, p. 185-204.

DUARTE, M. Eugenia L. Coordenação e Subordinação. In Brandão, S. F. & Vieira, S. R. **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007b, p. 205-224.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna**: Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

LUFT, Celso Pedro. **A Vírgula**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PILATI, Eloisa. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. 2. edição. Campinas: Pontes Editores, 2017.

QUEIROZ, Raquel de. Viver podia ser tão bom... In, GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna**: Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portugueza**. 1 ed. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RODRIGUES, Violeta. Cláusulas Desgarradas e Insubordinadas no Português Brasileiro. **Letras Escreve**. V. 11, n. 1, p. 141-154. Macapá, 2021.

SCHÜLER, Fernando. A Traição da Diversidade. **Revista Veja**. São Paulo, 25 out. 2024.

XEXÉO, Artur. O Grande Circo Brasil. **O Globo**. Segundo Caderno. Rio de Janeiro, 18 nov. 2018.